

“Todos os dias quando acordo não tenho mais o tempo que passou. Mas tenho muito tempo, temos todo tempo do mundo...”, Renato Russo.

Tem-se, atualmente, uma impressão de escassez de tempo... não raro, ouvimos lamentos acerca da celeridade dos dias, das horas transcorridas sem o devido aproveitamento. Diversas são as justificativas, proliferam tentativas de explicações sobre essa sensação predominante. Preferindo não ingressar no âmbito dos argumentos, imagino que o fenômeno possua alguma relação com o fato de experimentarmos profundas transformações no campo do conhecimento e contínuas inovações tecnológicas. Somos apresentados, cotidianamente, a novos produtos, tão envolventes, que são capazes de alterar a percepção de duração dos momentos vividos.

Inserido nesse universo, sou invadido pela sensação de que o decurso dos últimos dois anos foi extremamente breve. Enfim, “não tenho mais o tempo que passou...” porém, o efêmero e o profícuo podem estar conjugados. Tenho a mais plena convicção na proficiência do seu aproveitamento, baseado no testemunho dos muitos avanços alcançados. Foi um período de experiências ímpares, em que preponderou o espírito de união e prosperou o compartilhamento. Perdurou o desejo coletivo de colaborar, envolvendo cada um dos integrantes da diretoria. A causa, também abraçada pela unanimidade dos membros do Sistema Tribunais de Contas, se reflete nas ações cooperadas entre as entidades que os

representam – ABRACOM, IRB, CNPTC, AUDICON. Uma única urgência foi estabelecida: a perseguição pelo aperfeiçoamento exigiu a contagem das horas.

O aprimoramento norteado pelas demandas da sociedade, totalmente dinâmicas, requer a consciência do caráter inexaurível da situação. Portanto, o tempo aqui é tão determinante quanto a segurança socioeconômica do país, que pode alterar o contexto e modificar as carências da população.

Pois bem, enumerar e discorrer sobre as conquistas, obtidas nesses dois anos, exigiria tempo e, provavelmente, a paciência do auditório. Abreviarei, então, sem detalhes.

Ampliamos a nossa capacidade de dialogar institucionalmente: fomos recebidos, repetidas vezes, por autoridades da República, a quem reafirmamos a nossa disposição soberana em contribuir com a retomada do desenvolvimento do Brasil e expressamos o compromisso mais sólido do Sistema Tribunais de Contas com a democracia brasileira, reiterando a defesa que fazemos de valores tão penosamente alcançados; manifestamos respeito ao contraditório, à liberdade de imprensa, à pluralidade que enriquece o regime democrático de direito, que tem na Constituição Federal de 1988 a sua peça mais fundamental, brilhante e honrosa.

Estivemos no Senado para discutir acerca da Proposta de Emenda Constitucional Nº 188, de 2019, que trata de alterações ao modelo fiscal - sobretudo nos dispositivos que refletem no Controle Externo brasileiro - e apresentar sugestões de emendas àquela PEC. Ao menos em duas ocasiões fomos calorosamente recebidos pelo presidente Davi Alcolumbre, numa delas, foi-nos oferecida a ocasião de apresentar um panorama da estrutura do Sistema Tribunais de Contas e a imensa incumbência, constitucionalmente prevista, de fiscalizar e

controlar a aplicação do dinheiro público. Foi então que falamos do aprimoramento das ações, que reflete um modelo que denominamos Controle Externo Contemporâneo, galgado na prevenção, na correção de rumos, para impedir danos ao erário e evitar punições ao gestor que, muitas vezes, comete erros involuntários. Nesta condução, a efetividade, os resultados concretos das políticas, para a plena satisfação da sociedade, é o que mais interessa. Guardo, daquele encontro, uma declaração do senador, que demonstra uma aguçada sensibilidade à necessidade de fortalecimento do Sistema de Controle - em que pese o lapso temporal com a sua capacidade de comprometer a memória, me atrevo a reproduzir: “contem com o Senado, estamos dispostos a nos dar as mãos para construir uma nova história para o país e para transformar o Brasil em uma grande Nação. Saio daqui convencido de que o diálogo e entendimento são os únicos caminhos para construir uma grande sociedade”.

No Senado, aliás, também fomos buscar o desarquivamento da PEC 22/2017, originalmente apresentada pelo Senador Cássio Cunha Lima, com base em documento elaborado pela Atricon. Trata-se de um dispositivo extremamente importante para o fortalecimento do Sistema Tribunais de Contas, com a previsão, por exemplo, de criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC), espelhada no modelo do Poder Judiciário – CNJ; e do Ministério Público - CNMP; além da normatização processual, objetivando a padronização da atuação das Cortes; e, ainda, critérios mais rígidos de investidura nos cargos de conselheiros dos TCs e de ministros do TCU.

Estivemos na Câmara Federal, fomos recebidos por diversos deputados que, independentemente da opção partidária, foram igualmente receptivos aos nossos argumentos na defesa de matérias inerentes ao Sistema Tribunais de Contas. Aliás, na atuação junto às Casas Legislativas, temos produzido

importantes estudos acerca da Administração Pública para subsidiar reformas, como a da previdência, por exemplo.

Fomos ao Supremo Tribunal Federal, onde mantivemos algumas audiências, objetivando, igualmente, abordar questões inerentes à atuação das Cortes de Contas. No STF estivemos, inclusive, para atender a chamado do presidente, Ministro Dias Toffoli que, também sensível aos interesses da cidadania, percebe a real dimensão e o preponderante papel republicano dos Tribunais de Contas do Brasil.

Estabelecemos um Diálogo Institucional muito particular, essencial e proveitoso com o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União. Frutificou dessa cooperação um diagnóstico sobre as grandes obras paralisadas no Brasil. Identificamos serviços suspensos, com substanciais valores já gastos, em todas áreas, mas, principalmente, na educação e na saúde. A intenção é assegurar a continuidade das construções, para que o dinheiro público não entre para a contabilidade do desperdício, é entregá-los ao Brasil, à população carente, é desentravar obstáculos e fomentar a construção civil com investimentos capazes de propiciar a geração de empregos e a melhoria da situação econômica do país.

Estivemos em Ministérios – Economia e Justiça, por exemplo – para demonstrar a estrutura com a qual vimos instrumentalizando o aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas e que se encontra à disposição da gestão pública e, principalmente, da sociedade brasileira. Somos detentores do maior e mais consolidado banco de dados da administração, são informações extremamente úteis a operações de combate à corrupção, às quais temos associado com grande qualificação e capacidade técnica, graças aos quadros de pessoal que os Tribunais de Contas possuem - prova disto é a nossa presença, com o devido suporte, na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de

Dinheiro (Enccla). Falamos das nossas Escolas de Contas, que têm servido aos agentes e gestores públicos, para a melhoria da governança. Tudo isto somado a uma profusão de ferramentas de controle e fiscalização que contribuem para efetivar as nossas ações, com um olhar muito distinto para a qualidade das políticas públicas.

Temos ido a Embaixadas estrangeiras apresentar a nossa capacidade e o nosso interesse em contribuir, com a troca de experiências, para a melhoria dos níveis de educação nos países mais populosos do planeta e, deste modo, buscar alternativas para qualificar o ensino brasileiro, numa empreitada fortalecida pela parceria da Abracom e do TCMRJ.

Merece registro, aliás, o olhar minucioso com o qual o Sistema Tribunais de Contas enxerga a educação no Brasil e o empenho em transformar realidades improdutivas em eficiência. Nesse campo, além das ações específicas promovidas pelas Cortes, em que são identificadas e consideradas particularidades e peculiaridades regionais, mérito seja dado à atuação do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa, com o irrestrito apoio da Atricon.

A multiplicação e o compartilhamento das experiências exitosas, nos permite avançar. Vimos estreitando as possibilidades de parcerias entre Atricon, IRB, Abracom e CNPTC para ampliar a nossa capacidade de desenvolvimento e de disseminação de boas práticas de Governança no Setor Público brasileiro. Ingressamos na Rede Governança Brasil com esse objetivo.

Temos oferecido a boa-vontade institucional e a expertise técnica para diversos setores. É, por exemplo, a razão do Acordo de Cooperação estabelecido com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública destinado ao aperfeiçoamento, quanto

ao conhecimento acerca das Diretrizes de Controle Externo relacionadas à temática da gestão da segurança pública.

Falando em parceria, imperioso ressaltar aquela firmada com o Sebrae e que reflete o desejo de fomentar a economia dos Estados e Municípios. O convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas remonta ao ano de 2010 e incentiva a fiscalização, por parte Tribunais de Contas, ao cumprimento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; ou seja, busca-se o fortalecimento da economia municipal a partir da contratação pública de serviços às microempresas e empresas de pequeno porte.

A cooperação com o Sebrae se estende aos eventos que a Atricon realiza. Trata-se de um apoio institucional e financeiro valioso, razão do nosso mais escolhido agradecimento.

O Acordo de Cooperação firmado com a Controladoria-Geral da União (CGU), merece um registro pelo importante objetivo: promover o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando o fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social de políticas públicas e serviços públicos no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias.

Empenhamo-nos em ampliar a capacidade da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo, tanto para contribuir com o próprio aperfeiçoamento quanto para fomentar e viabilizar acordos interinstitucionais, possibilitando à Rede InfoContas estabelecer prioridades para atuar estrategicamente no fortalecimento da disponibilidade de dados aos seus integrantes e para gerar novas alternativas de cooperação.

Em 2019 realizamos o ciclo mais significativo do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil. A experiência, obtida, com as três aplicações anteriores, foi fator preponderante, mas eu poderia classificar como “momento histórico dessa etapa” a avaliação do TCU, que é um Tribunal de referência para as demais.

A sensibilidade e a boa vontade do presidente José Mucio devem ser reconhecidas. Reconhecimento que estendo aos presidentes das outras 32 Cortes de Contas do país, a maior demonstração de envolvimento e do desejo comum no aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas. Ou seja, a adesão à ferramenta, embora não haja qualquer caráter impositivo, alcançou os almejados 100%.

Esse percentual superdimensiona o sentido da Certificação, com base na norma de referência ISO 17021 de Sistema de Gestão, para o Sistema Tribunais de Contas. Eu diria que é uma conquista com o peso de uma medalha de ouro olímpica. Sim, depois de submeter a própria metodologia à criteriosa e conceituada avaliação da Fundação Vanzolini (USP-SP), obtivemos o Certificado de Conformidade e isso significa a necessidade de elevação dos padrões, significa que teremos enormes desafios para suplantar, significa que o aprimoramento não está acabado; ao contrário, é uma obra ainda em alicerce. Ou seja: teremos o trabalho de superatletas.

Partiremos da edição de um novo Manual de Procedimentos, visando a eliminação de eventuais inconsistências, garantir mais objetividade e facilitar a aplicação do Marco de Medição de Desempenho; e, ainda, estimular os Tribunais de Contas na elaboração de um plano de melhorias, com base no diagnóstico de 2019 e focalizando as auditorias setoriais, envolvendo nesse processo as entidades IRB, Abracom, Audicon e CNPTC.

Outro valioso dado dessa breve contabilidade de conquistas, tem a ver com patrimônio imobiliário, mas a sua maior representatividade está na congregação, uma espécie de materialização da união que se fortalece entre as entidades. Atricon, Abracom e IRB, juntaram suas sedes e aqui, neste edifício, mantêm o que denomino espaço da cidadania e do Controle Externo do Brasil. As entidades passaram a ocupar ambientes interligados, que celebram a conjunção das forças dispensadas ao aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas.

Prometi que não seria detalhista, afinal não se trata de uma prestação de contas. Resta-me apenas enumerar que aceitei elastecer a minha passagem na presidência da Atricon, renovar a desafiadora missão, que há dois anos assumi, com uma vontade imensa de apresentar resultados, ao menos, compatíveis com aqueles apresentados por meus antecessores; muito especialmente, pelo dinâmico Valdecir Pascoal, que continua sendo um exemplo inspirador.

Portanto, ainda temos o tempo da prorrogação da gestão. Outros dois anos terei, com ânimo renovado, mas, sobretudo, carregando uma imensa gratidão no coração. Sou grato pela confiança e pela colaboração, que continuarei recebendo - não tenho dúvidas disto.

Descrever sentimentos é tarefa inalcançável. Ouso, mesmo assim, dizer quão imensurável é a gratidão que trago no coração a todos quantos têm cooperado com essa missão; de modo particular, a cada presidente, de cada uma das 33 Cortes de Contas, pelo apoio, imenso, essencial, preponderante, sem o qual certamente teríamos esbarrado em obstáculos intransponíveis.

Os amigos, conquistas dessa jornada, terei o tempo da vida para celebrar. Thier Montebello, você simboliza e valoriza a amizade. Um sorriso iluminado no rosto e o abraço caloroso, é assim que o encontro, sempre. Por isto, pelo seu abraço, alcanço a todos, com gratidão, aos que nos concedem a honrosa presença.

Muito obrigado!